



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO**

Estado de Minas Gerais

**PROCESSO N° 011/2026**

**DISPENSA Nª 007/2026**

**CONTRATO N°: 013/2026**

**PARTES:           PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO  
PRETO  
                      INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E PESQUISA - IBGP**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO, IMPRESSÃO, LOGÍSTICA, BEM COMO TODO E QUALQUER ATO PERTINENTE À ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DAS PROVAS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DE NÍVEL ALFABETIZADO, FUNDAMENTAL, MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR DO QUADRO PERMANENTE DO MUNICÍPIO.**

**LICITAÇÃO:       Dispensa de Licitação nª 007/2026 Processo n.º 011/2026**

---

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO**, sediada na Praça São Sebastião, nº 37, Centro, em São Sebastião Do Rio Preto, Minas Gerais, CEP 35815-000, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 18.303.263/0001-35, representada neste ato pela prefeita municipal, **ANDRÉA APARECIDA OTONE DE SOUZA**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua João da Silva Maia, nº 127, Bairro Centro, em São Sebastião Do Rio Preto, Minas Gerais, CEP 35815-000, portadora do RG n.º 10.898.801 SSP/MG e inscrita no CPF sob o n.º 047.588.586-40, doravante denominada **CONTRATANTE** e **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E PESQUISA - IBGP**, inscrito no CNPJ: 13.761.170/0001-30, com sede à Avenida Contorno, nº 1480, andar 3º e 4º, Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP: 30110-008, neste ato representado por seu diretor executivo, Bruno Rafaele do Monte, brasileiro, portador da CI - MG110.221-72, inscrito no CPF nº 041.302.316-85, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, doravante denominado **CONTRATADO**, considerando o resultado da dispensa de licitações nº 007/2026, conforme consta do Processo Administrativo nº 011/2026, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 14.133/2021, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**Praça São Sebastião nº. 37 – Centro – Cep. 35 815.000 – São Sebastião do Rio Preto  
/MG**

**Fone (31)3985-0100- e-mail – licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

Estado de Minas Gerais

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Contratação de instituição especializada e sem fins lucrativos para a prestação de serviços técnicos especializados voltados à organização e execução de Concurso Público para provimento de cargos efetivos de níveis alfabetizado, fundamental, médio, técnico e superior do quadro permanente da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Preto

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO**

2.1 Este contrato está vinculado a Dispensa de licitação nº 007/2026 e à proposta vencedora ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÃO E PREÇO**

3.1. Conforme os Preços da contratada, o valor estimado para a execução do Processo Seletivo Simplificado e do Processo Seletivo Público será de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais), para até 600 (seiscentos) candidatos efetivamente inscritos, incluindo pagantes e isentos, caso o número de candidatos ultrapassar esse limite, será acrescido o valor R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais) por candidato excedente, a ser pago adicionalmente pela CONTRATANTE.

3.2 Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

3.3.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias úteis.

## **CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO**

Praça São Sebastião nº. 37 – Centro – Cep. 35 815.000 – São Sebastião do Rio Preto  
/MG

Fone (31)3985-0100- e-mail – licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

Estado de Minas Gerais

4.1 O pagamento será efetuado, pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Preto/MG em 4 parcelas, de acordo com o cronograma abaixo, e os percentuais serão estabelecidos no contrato:

- a) 10% (dez por cento) do valor na assinatura do contrato;
- b) 40% (quarenta por cento) do valor após o encerramento das inscrições;
- c) 40% (quarenta por cento) do valor após a aplicação das provas objetivas;
- e
- d) 10% (dez por cento) do valor após a entrega do resultado final.

4.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa.

4.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

## **CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA**

5.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **6.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

6.1.1 Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes na Lei 14.133/21, obriga-se, ainda, a empresa contratada a:

6.1.2 fornecer à Contratante, para seu controle, relatório que discrimine a quantidade e as datas de prestação de serviço.

6.1.3 A Contratante fará seu controle interno, mediante demonstrativos fornecidos pela Contratada, dos serviços.

6.1.4 Conhecer e observar a legislação vigente aplicável ao Município, especialmente as normas relativas ao regime jurídico dos servidores públicos e a Lei Orgânica Municipal.

6.1.5 Elaborar o planejamento geral e executar todos os procedimentos necessários à realização do concurso público.

6.1.6 Elaborar, em conjunto com a Comissão Especial designada pela CONTRATANTE, o cronograma de execução do certame, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos.

6.1.7 Responsabilizar-se pelo recebimento das inscrições dos candidatos por meio eletrônico, bem como pela operacionalização do sistema de inscrições.

6.1.8 Elaborar a minuta do Edital de Abertura do Concurso Público e demais atos necessários à realização do certame.

Praça São Sebastião nº. 37 – Centro – Cep. 35 815.000 – São Sebastião do Rio Preto  
/MG

Fone (31)3985-0100- e-mail – [licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br](mailto:licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

Estado de Minas Gerais

- 6.1.9 Elaborar, aplicar e corrigir as provas do concurso público em todas as suas fases, responsabilizando-se pela impressão, segurança, transporte e guarda do material.
- 6.1.10 Manter absoluto sigilo quanto à elaboração, reprodução e guarda das provas, restringindo o acesso ao conteúdo exclusivamente às pessoas autorizadas.
- 6.1.11 Atender os candidatos para prestação de informações e esclarecimento de dúvidas relativas ao edital e às etapas do concurso.
- 6.1.12 Divulgar o gabarito oficial e os resultados das etapas do certame, bem como responder aos recursos interpostos pelos candidatos.
- 6.1.13 Entregar à CONTRATANTE todos os resultados do certame, inclusive listas de inscritos, classificados e aprovados, com os respectivos dados cadastrais.
- 6.1.14 Responsabilizar-se pela organização e execução de todas as etapas do concurso público até a sua homologação final.
- 6.1.15 Responsabilizar-se pelos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto contratado, incluindo materiais, pessoal, logística e demais despesas.
- 6.1.16 Ressarcir eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de falhas na execução do objeto contratual.
- 6.1.17 Indicar preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e atendimento às demandas da CONTRATANTE.
- 6.1.18 Cumprir integralmente as disposições constantes no Termo de Referência e na legislação aplicável.

## 6.2 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6.2.1. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos serviços e execução do contrato, conforme especificado no termo de referência as obrigações especificadas para cumprimento da Contratada.
- 6.2.2. Apontar a Comissão que irá acompanhar e se reunir para deliberar em conjunto com a empresa Contratada, acerca do cronograma de execução dos serviços contratados, bem como a estruturação da prova avaliativa e demais assuntos pertinentes a realização do processo seletivo.
- 6.2.3. Informar à CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.
- 6.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.
- 6.2.5. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos serviços, solicitando a substituição ou que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.
- 6.2.6. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados no Termo de Referência.
- 6.2.7. A CONTRATANTE deverá acompanhar os prazos de entrega, exigindo que a CONTRATADA tome as providências necessárias para regularização do

Praça São Sebastião nº. 37 – Centro – Cep. 35 815.000 – São Sebastião do Rio Preto  
/MG

Fone (31)3985-0100- e-mail – [licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br](mailto:licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO**

**Estado de Minas Gerais**

fornecimento, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021 e demais cominações legais.

6.2.8. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não-recebimento dos serviços, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais.

6.2.9. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

6.2.10. A CONTRATANTE deverá cumprir todas as demais obrigações descritas no Termo de Referência, anexo ao Processo 011/2026 – Dispensa 007/2026.

6.2.11 Responsabilizar-se pelo pagamento da taxa de emissão dos boletos bancários;

6.2.12 Indicar, com a devida antecedência, o local de realização da prova prática, quando prevista no concurso público, responsabilizando-se por assegurar que o espaço atenda às condições técnicas e estruturais necessárias à sua execução, conforme diretrizes repassadas pelo Contratado;

6.2.13 Nomear, por meio de ato formal, a Comissão Especial do Concurso Público, nos termos da legislação vigente, responsabilizando-se por sua constituição e pelo desempenho de suas atribuições legais;

6.2.14 Disponibilizar ao Contratado, de forma tempestiva e adequada, as legislações, normas internas, atos administrativos e demais informações indispensáveis à regular condução do concurso público;

6.2.15 Responsabilizar-se pela publicação de todos os atos oficiais relativos ao concurso público no Diário Oficial competente e em jornal de grande circulação, quando exigido, observadas as orientações técnicas fornecidas pelo Contratado;

6.2.16 Adotar as providências necessárias para solicitar e garantir a presença de policiamento no(s) local(is) de aplicação das provas objetivas, visando à segurança dos candidatos, dos aplicadores e demais envolvidos;

6.2.17 Providenciar a abertura de conta bancária específica para o concurso público, responsabilizando-se por sua gestão conforme as diretrizes pactuadas;

6.2.18 Encaminhar ao Contratado, com a periodicidade previamente acordada, os relatórios e extratos bancários referentes à conta específica do concurso público, de forma a assegurar a transparência e o controle financeiro da execução contratual.

**CLÁUSULA SÉTIMA – PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

7.1 - O regime jurídico dos contratos decorrentes deste edital confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III - fiscalizar sua execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

**Praça São Sebastião nº. 37 – Centro – Cep. 35 815.000 – São Sebastião do Rio Preto  
/MG**

**Fone (31)3985-0100- e-mail – licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

Estado de Minas Gerais

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do **caput** deste item, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

7.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE, além das constantes dos arts. 115 a 123 da Lei federal n.º 14.133, as especificadas no Edital.

7.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato;

7.4 - Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

7.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

7.6 - Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;

7.7 - Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS**

8.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 1º É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.

§ 2º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital.

§ 3º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

§ 4º Nas contratações de obras, verificada a ocorrência do disposto no § 3º deste item por mais de 1 (um) mês, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

§ 5º Os textos com as informações de que trata o § 4º deste artigo deverão ser elaborados pela Administração.

8.2 - Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste item, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

Praça São Sebastião nº. 37 – Centro – Cep. 35 815.000 – São Sebastião do Rio Preto  
/MG

Fone (31)3985-0100- e-mail – [licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br](mailto:licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

Estado de Minas Gerais

8.3 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei Federal 14.133/21, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§ 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput deste item, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

8.4 - O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.5 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.6 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.7 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º deste artigo.

§ 2º Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

§ 3º Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, poderá, entre outras medidas:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

Estado de Minas Gerais

I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;

II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;

IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

§ 4º Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste item são absolutamente impenhoráveis.

§ 5º O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

8.8 - Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

8.9 - A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos por esta Lei, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

Parágrafo único. Salvo disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.10 - O Objeto contratado terá **vigência de 12 meses**, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

## CLÁUSULA NONA - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

9.1 As despesas decorrentes do presente Processo de contratação direta correrão pelas seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do orçamento vigente ou por outras dotações do mesmo programa para orçamento vindouro:

Praça São Sebastião nº. 37 – Centro – Cep. 35 815.000 – São Sebastião do Rio Preto  
/MG

Fone (31)3985-0100- e-mail – [licitacao@saosebastiaooriopreto.mg.gov.br](mailto:licitacao@saosebastiaooriopreto.mg.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO**

Estado de Minas Gerais

Órgão: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Unidade Orçamentária: Divisão de Recursos Humanos

Dotação: 04.128.0021.2012

Realização de Concurso Público e Avaliação de Desempenho

**CÁUSULA DÉCIMA - EXTINÇÃO**

10.1. Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

10.2. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HABILITAÇÃO**

11.1 A CONTRATADA obriga-se, durante a execução do contrato, a manter-se compatível com as obrigações ora assumidas, ou seja, todas as condições de habilitação comprovadas na licitação que lhe corresponde, apresentando as certidões negativas referentes à regularidade I - jurídica; II - técnica; III - fiscal,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO**

Estado de Minas Gerais

social e trabalhista; IV - econômico-financeira, expedidas pelos órgãos competentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 Fazem parte das obrigações da CONTRATADA as constantes neste termo e na Lei Federal 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO E FORO**

13.1 O presente instrumento decorreu das normas da Lei Federal nº 14.133/21 às quais se sujeitam as partes que o celebram, elegendo-se o FORO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, para as questões dele resultantes, ou de sua execução, com expressa renúncia de qualquer outro.

E por assim estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente contrato em 03 (três) vias de igual forma e teor, com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para que produza jurídicos e legais efeitos.

São Sebastião do Rio Preto, 23 fevereiro de 2026.

**ANDRÉA APARECIDA OTONE DE SOUZA**  
Prefeita Municipal de São Sebastião do Rio Preto/MG

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E PESQUISA – IBGP  
CONTRATADO**

Testemunhas: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Praça São Sebastião nº. 37 – Centro – Cep. 35 815.000 – São Sebastião do Rio Preto  
/MG

Fone (31)3985-0100- e-mail – licitacao@saosebastiaodorio preto.mg.gov.br